

Cadê meus direitos?

Caminhos, Vozes
e Aprendizados
da Terceira Edição (2024)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ribeiro, Ludmila
Cadê meus direitos? [livro eletrônico] / Ludmila Ribeiro,
Júlia Cardoso, Natália Martino. Belo Horizonte, MG :
FUNDEP, 2025.
PDF
--
ISBN 978-65-985695-6-3
1. Direitos - Aspectos sociais 2. Prisioneiros - Direitos civis
3. Prisões - Brasil - Aspectos sociais 4. Segurança pública
I. Cardoso, Júlia. II. Martino, Natália. III. Título.

25-278267 CDU-34:301

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito : Aspectos sociais 34:301
Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Ludmila Ribeiro

Júlia Cardoso

Natália Martino

Este documento reúne os principais destaques da terceira edição do projeto “Cadê os meus Direitos?”, realizada em 2024. Ao longo das páginas, apresentamos o perfil das participantes e exploramos cada etapa da formação, com foco nos temas abordados, nas atividades desenvolvidas e nas impressões compartilhadas pelas alunas ao avaliarem os encontros. Mais do que um balanço, este material busca refletir sobre os caminhos percorridos, os desafios enfrentados e as lições aprendidas ao longo do processo. Ao final, compartilhamos recomendações que podem contribuir para o fortalecimento e a expansão do projeto em suas próximas edições.

Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública

Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro

Natália Cristina C. Martino

Raquel Queiroga Magalhães

Glória Gabrielle Ribeiro Miranda

Julia Santos Cardoso

Vanessa Sander Serra e Meira

Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade

Dona Tereza dos Santos

Adriana Ribeiro

Estefânia dos Santos

Instituto de Ciências Penais

Amanda Furlaneto Mazzon

Maria Clara Abreu Candido

Maya Chaves Machado Borges

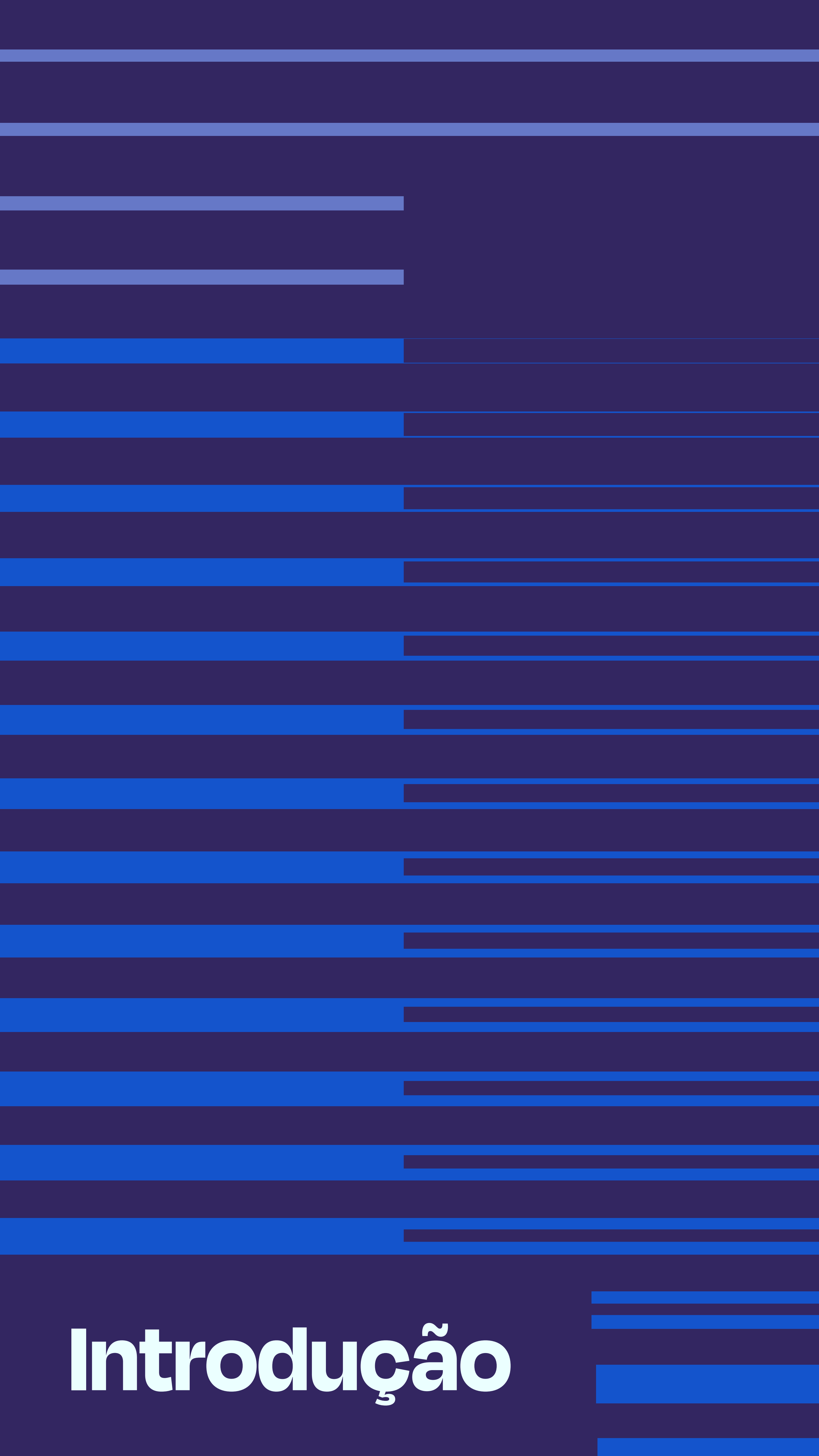
Nathalia Sarah Ribeiro Santos

Sylvia Carolina Miranda Moreira Silva

Ana Laura Passarelli Teixeira Patrus Pimenta

Davi Arnaut Kraiser

Júlia Rodrigues Dutra e Campos



Introdução

O projeto “Cadê os meus Direitos?” foi concebido a partir da parceria entre o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG), a Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade e o Instituto de Ciências Penais em 2021. A iniciativa tem como principal objetivo reduzir as violações de direitos dentro e fora do ambiente carcerário, por meio de estratégias formativas destinadas aos familiares das pessoas privadas de liberdade, os quais exercem um papel crucial no monitoramento de irregularidades nas prisões. Para tanto, o projeto oferece um curso de formação, realizado em formato virtual para permitir maior alcance e participação, ministrado por especialistas renomados da área jurídica e da área da saúde.

O curso do “Cadê os meus Direitos?” foi estruturado para fornecer informações fundamentais sobre direitos e mecanismos de acesso à justiça aos familiares de pessoas privadas de liberdade. O público é formado em especial por mulheres, as quais assumem papéis de liderança em suas comunidades. Entre agosto e novembro de 2024, ocorreu a terceira edição desse projeto, que contou com onze aulas ministradas por professores voluntários de diversas áreas do conhecimento (Quadro 1), abordando distintos aspectos do sistema prisional e da execução penal. A formação ocorreu entre os meses de agosto e outubro de 2024, ou seja, o curso se estendeu por aproximadamente três meses, com encontros semanais às terças-feiras. As aulas foram pensadas numa lógica de progressão das temáticas, começando com conceitos mais gerais sobre a história das prisões e avançando para questões práticas e específicas do sistema penal.

Quadro 1 – Temas, professores e datas das aulas ministradas

Aula	Título	Professor(a/es/as)	Data
1	Origens e Evolução da Prisão	Bruna Angotti (Universidade de Cambridge)	06/08/2024
2	Execução da Pena	Silvana Lobo (Defensoria Pública)	13/08/2024
3	Revista Vexatória	Andréa Bahury (Ministério Público)	20/08/2024
4	Indulto e Comutação de Pena	Bethânia Santana e Maria Clara Bizinotto Borges (Advogadas Criminalistas)	27/08/2024
5	Religiosidade em Prisões	Robson Sávio (Conselho Mineiro de Direitos Humanos)	03/09/2024
6	Droga K	Maria Angélica Comis	17/09/2024

Aula	Título	Professor(a/es/as)	Data
7	Histórias Inspiradoras	Samuel Lorenço	24/09/2024
8	Body Scanner	Roberto Uchoa (Polícia Federal)	01/10/2024
9	Tuberculose	Ludmila Silva (Comitê Mineiro para Controle Social da Tuberculose)	15/10/2024
10	Execução Penal	Paulo Henrique (Defensoria Pública)	22/10/2024
11	Exame Criminológico	Rodrigo Xavier (Advogado e Ex-Ouvidor do sistema prisional)	29/10/2024

Cada aula foi seguida de um questionário de avaliação, cujas respostas embasam as informações apresentadas neste documento. O número de participantes dos formulários de avaliação variou entre 9 e 55 por encontro, sendo que as aulas com a maior quantidade de respostas foram, respectivamente, “Revista Vexatória” (55), “Execução da Pena” (52), “História da Prisão” (31) e “Indulto e Comutação da Pena” (31), realizadas no início do curso. A partir da quinta aula, observou-se uma diminuição significativa no número de respostas, com a quantidade variando entre 9 e 21 participantes. As aulas que registraram os menores números de respostas foram, respectivamente, “Tuberculose” (9), “Histórias Inspiradoras” (10) e “Exame Criminológico” (13).

As alunas demonstraram satisfação geral com as aulas do curso, destacando a didática dos palestrantes e a relevância dos temas abordados para ampliar o conhecimento sobre seus direitos e para promover a troca de experiências e saberes. Algumas alunas descreveram o curso como “maravilhoso”, elogiando o trabalho dos organizadores e classificando as aulas como “perfeitas”, “proveitosas” e “plenamente satisfatórias”, sem apresentar sugestões de melhoria. Outras sugeriram a continuidade do curso no mesmo formato, enfatizando o enorme aproveitamento de todas as aulas. Além disso, houve manifestações de interesse em participar de mais cursos semelhantes, com uma participante expressando o desejo de rever as aulas e compartilhá-las com outras pessoas.

Neste relatório, será apresentado um panorama das discussões realizadas em cada uma das onze aulas do curso, destacando os principais temas abordados e as formas como as mulheres participantes avaliaram suas interações. Essa análise busca oferecer subsídios para aprimorar as futuras edições da forma-

ção “Cadê os meus Direitos?”, garantindo que os conteúdos e as metodologias adotados atendam cada vez mais às necessidades e aos desafios enfrentados por essas mulheres.

No entanto, antes de entrar nos dados propriamente ditos, é importante destacar que fizemos uso neste relatório de duas fontes de informação. A primeira é a quantidade de mulheres inscritas (400 alunas) que participaram de cada aula (e várias participaram de apenas uma), e a segunda é a base de avaliação de cada encontro, que nem sempre é acessada pela aluna, como pode ser vislumbrado na Tabela 2. Ou seja, a taxa de avaliação, que varia entre 17% e 56%, demonstra que, embora muitas temáticas tenham atraído um número significativo de participantes, a disposição em avaliar o conteúdo do curso foi desigual.

Quadro 2 – Quantitativo de inscrições e de avaliações por aula (2024)

Aula	Temática	Participantes	Avaliação	% de participantes que avaliaram
1	Origens e Evolução da Prisão	163	31	19%
2	Execução da Pena	149	52	35%
3	Revista Vexatória	120	55	46%
4	Indulto e Comutação de Pena	104	31	30%
5	Religiosidade em Prisões	76	15	20%
6	Droga K	51	21	41%
7	Histórias Inspiradoras	60	10	17%
8	Body Scanner	50	20	40%
9	Tuberculose	40	9	23%
10	Execução Penal	36	20	56%
11	Exame Criminológico	34	13	38%

As temáticas com maior taxa de avaliação foram “Execução da Pena” (56%), “Revista Vexatória” (46%) e “Droga K” (41%). Esses temas parecem ter gerado um maior interesse ou uma percepção de relevância mais substancial, o que incentivou as participantes a fornecerem feedbacks. Já temáticas como “Histórias Inspiradoras” (17%) e “História das Prisões” (19%) apresentaram as menores taxas de avaliação, sugerindo que, embora a participação tenha sido considerável, o desejo de avaliar o conteúdo foi bem mais baixo.

Por outro lado, a quantidade de participantes não se traduziu diretamente em um maior número de avaliações. Por exemplo, o tema “História das Prisões” teve o maior número de participantes (163), mas sua taxa de avaliação foi apenas 19%. Esse baixo percentual pode indicar que, apesar do interesse inicial, as participantes não se sentiram motivadas a dar feedback sobre o conteúdo ou não o consideraram relevante o suficiente para justificar a avaliação. Além disso, a temática “Execução da Pena” foi abordada em dois momentos do curso, uma com 149 participantes e outra com 36 alunas. Curiosamente, a versão com menos participantes teve uma taxa de avaliação significativamente maior (56% contra 35%), o que pode sugerir que a abordagem ou o público-alvo dessa versão específica foi mais engajado em fornecer feedback.

Em geral, as temáticas mais polêmicas e com maior aplicabilidade prática, como “Revista Vexatória” e “Execução da Pena”, foram mais propensas a gerar avaliações, enquanto temas mais abstratos ou menos diretamente relacionados à experiência das participantes, como “Histórias Inspiradoras” e “Religiosidade”, resultaram em menos feedback. A análise das taxas de avaliação pode fornecer insights valiosos sobre a percepção das participantes quanto à relevância e ao impacto do curso, e também indicar áreas em que pode ser necessário melhorar a interação e o incentivo ao preenchimento dos formulários de avaliação.

Na próxima seção, detalhamos o perfil das alunas que participaram da edição de 2024 para entender um pouco melhor quem foi o público-alvo do nosso projeto.

As alunas da terceira edição

Em 2024, o curso recebeu 400 inscrições, sendo as mulheres a maioria entre as participantes (96%). De certa forma, esse perfil era esperado porque, apesar de os homens serem a maioria entre os privados de liberdade, elas são as responsáveis pelos distintos atravessamentos que garantem a subsistência deles den-

tro das unidades prisionais, bem como são protagonistas na luta por direitos e políticas públicas da população presa, tema da formação oferecida pelo “Cadê os meus Direitos?”.

Em termos de idade, falamos aqui de um público muito jovem, cuja faixa etária está entre 22 e 46 anos, com média de aproximadamente 29 anos. São, assim, mulheres jovens que se autodeclaram, em sua maioria, como negras, haja vista que metade se identifica como parda (50,6%), seguida por pessoas brancas (26,6%) e pretas (20,8%). Indígenas representam 1% dos inscritos, enquanto 0,7% se identificam como amarelos.

Quanto ao grau de instrução, os dados de registro das participantes mostraram amplo espectro de escolaridade, desde aquelas com pouca ou nenhuma educação formal até pessoas com pós-graduação, o que pode refletir diferentes níveis de acesso a oportunidades educacionais e sociais. A maior parte das inscritas concluiu o ensino médio (32,3%), enquanto 13,2% o interromperam antes da conclusão. Somando aquelas que possuem ensino superior completo (8,7%) ou incompleto (8,9%), temos 17,6% das participantes com experiência no ensino superior. Além disso, 7,2% concluíram a pós-graduação, enquanto 1,7% a interromperam. Por outro lado, um número significativo de participantes teve sua trajetória educacional interrompida precocemente: 14,4% não completaram o ensino fundamental, e 1,2% não tiveram instrução formal.

Perguntamos, também, sobre a inserção laboral, a qual indica um público heterogêneo, composto tanto por trabalhadoras formais quanto informais, além de uma parcela que enfrenta dificuldades de inserção no mercado de trabalho, apontando para como as familiares de pessoas privadas de liberdade também enfrentam desafios socioeconômicos que podem impactar o acesso a direitos e oportunidades.

A maioria das mulheres que visitam pessoas privadas de liberdade são esposas ou companheiras (40,9%), seguidas por mães (19,9%), irmãs (9,7%), namoradas (9,4%) e filhas (7,2%), com poucos casos de outras parentes ou amigas. Repete-se, assim, a constatação de que cada pessoa privada de liberdade afeta várias outras de seu núcleo familiar, sendo quase todas elas do sexo feminino, cujas funções de cuidado passam a alcançar também as unidades prisionais.

Elas também foram indagadas sobre quantas pessoas visitam nas unidades, haja vista que essa informação pode indicar quantas bocas elas precisam manter, uma vez que o Estado não é capaz de prover o suficiente para todas as pessoas

que estão sob sua custódia. Cada mulher visita, em média, uma a duas pessoas, com um mínimo de zero e um máximo de mais de 70 visitas registradas. Em parte, essa discrepância de valores máximos e mínimos se deu em razão de um problema muito específico da terceira edição: a enorme quantidade de curiosos assistindo às aulas do curso. Como o projeto cresceu, nem sempre foi possível verificar se a aluna inscrita tinha mesmo um familiar privado de liberdade e, com isso, vários estudantes de direito, bem como profissionais do sistema prisional e voluntários em organizações não governamentais (ONGs) acabaram participando das aulas sob o argumento de que visitavam até 70 pessoas mensalmente no âmbito dos projetos que coordenavam.

Por fim, cumpre destacar que, se o “Cadê os meus Direitos?” foi iniciado em Minas Gerais em 2022, com foco nas visitas de mulheres a pessoas privadas de liberdade, expandiu significativamente até 2024, abrangendo uma variedade de estados. Em 2024, as visitantes mineiras ainda eram a grande maioria das alunas (80,1%), mas se tornou marcante a presença de pessoas visitantes em outros estados, como São Paulo (4,2%), Espírito Santo (3,2%) e Paraná (2,7%), além de Bahia, Rio de Janeiro e Sergipe. Contudo, ao se tornar mais nacional, o projeto começa a enfrentar novos desafios e oportunidades, como a adaptação das estratégias a diferentes realidades regionais e a ampliação de seu impacto social.

Em síntese, o crescimento do projeto “Cadê os meus Direitos?” reflete a importância de sua abordagem e a necessidade de capacitar as mulheres que desempenham papéis centrais nas dinâmicas de visitas a pessoas privadas de liberdade. Acreditamos que os dados de inscrição de 2024 indicam como essa formação se consolidou como uma ferramenta de fortalecimento da cidadania e dos direitos dessas mulheres. À medida que o projeto expande sua presença em diversas regiões do Brasil, ele proporciona não apenas aprendizado, mas também uma oportunidade para a construção de uma rede de apoio e mobilização para a luta por direitos, desafiando as limitações do sistema e das políticas públicas. O dilema parece ser como garantir que apenas familiares de pessoas privadas de liberdade tenham acesso às salas de aula, evitando que curiosos e funcionários do sistema também acessem esses espaços. Somente assim o projeto continuará a ser um instrumento de transformação social, em detrimento de ser percebido como mais uma atividade acadêmica promovida pela universidade.

Aula 1 - Origens e Evolução da Prisão

O curso teve início no dia 6 de agosto de 2024, com a aula inaugural sobre a História das Prisões. Durante essa aula, foram abordados temas como a diferença entre medida cautelar e condenação, além dos direitos perdidos com a pena e os direitos que permanecem preservados. A aula foi ministrada por Bruna Angotti, doutora em Antropologia Social (2019) e mestre pela Universidade de São Paulo (2011). Ela também é especialista em Criminologia pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (2010) e possui graduação em Direito (USP, 2006) e em Ciências Sociais (PUC-SP, 2007).

As informações a seguir correspondem às respostas de avaliação coletadas por meio de formulário respondido por 31 participantes, sendo a maioria proveniente de Minas Gerais. A avaliação da aula foi positiva, com 100% das participantes afirmando terem adquirido novos conhecimentos aplicáveis. Sobre a duração, a maioria considerou que todo o conteúdo foi proveitoso, enquanto algumas mencionaram a necessidade de mais tempo para abordar o tema, e duas acharam que a aula poderia ser mais curta. Os aspectos mais elogiados incluíram as explicações sobre a pena de multa, a proibição de cigarros nas penitenciárias e a comparação entre prisões antigas e atuais. Houve interesse na compreensão do sistema prisional e de suas penalidades. Entre as sugestões de temas para aulas futuras, destacaram-se o funcionamento interno das penitenciárias e a proibição de cigarros nesses locais.

Aspectos negativos também foram mencionados, como a repetição de algumas perguntas e questionamentos fora do tema estudado. A satisfação geral foi expressa nas avaliações, com trinta participantes atribuindo notas entre 8 e 10, e uma pessoa dando nota 6. A atuação da professora foi amplamente elogiada, sendo considerada muito boa ou boa pelas participantes, de forma que todas avaliaram sua postura como respeitosa e sua capacidade de responder às dúvidas como satisfatória.

Aula 2 – Execução da Pena

A segunda aula do curso, com o tema “Execução da Pena”, ocorreu no dia 13 de agosto de 2024. Durante essa aula, foram discutidos temas como a autorização para o trabalho externo e o livramento condicional. A aula foi ministrada pela professora Silvana Lobo, defensora pública e coordenadora da Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais. Além disso, Silvana é mestre

em Ciências Penais, e coordenadora e professora do Curso de Direito da Universidade Fumec, em Belo Horizonte/MG.

As informações a seguir correspondem às respostas de avaliação coletadas por meio de formulário respondido por 52 participantes, sendo 46 provenientes de Minas Gerais e uma distribuição igual entre os seguintes outros estados: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe, Tocantins e Espírito Santo. A avaliação da aula foi positiva, com 98,1% das participantes afirmando terem adquirido novos conhecimentos aplicáveis e uma participante afirmando que não adquiriu, pois já tinha conhecimento sobre as informações passadas. Sobre a duração, 42 participantes consideraram todo o conteúdo proveitoso, enquanto nove sentiram que era necessário mais ou menos tempo para abordar tudo de forma completa e uma não opinou sobre o fenômeno.

Entre os benefícios destacados, as participantes mencionaram a oportunidade de aprender mais sobre os direitos de seus familiares privados de liberdade, o esclarecimento de dúvidas sobre cálculos de pena e processos, e o aprendizado sobre como reivindicar direitos de forma prática. Por outro lado, as críticas incluíram dificuldades no uso das ferramentas de perguntas, interrupções frequentes das participantes e sugestões para desativar os microfones durante as explicações. Outras sugestões incluíram a criação de uma cartilha com o resumo das aulas, materiais de apoio disponibilizados e um tutorial para o uso das ferramentas do Google Meet. A satisfação geral foi expressa nas avaliações, com 51 participantes atribuindo notas entre 8 e 10, e apenas uma dando nota 5.

O conhecimento da professora foi amplamente reconhecido, sendo ela considerada 100% capaz por todas as participantes, com 44 afirmando que suas dúvidas foram esclarecidas. Entretanto, uma pessoa mencionou que suas dúvidas não foram respondidas, e sete destacaram que o tempo foi insuficiente para abordar todas as perguntas. Apesar disso, a postura da professora foi elogiada, embora uma participante tenha relatado sentir-se desrespeitada em algum momento.

Aula 3 – Revista Vexatória

A terceira aula do curso, com o tema “Revista Vexatória”, foi realizada no dia 20 de agosto de 2024. Durante a aula, foram discutidas as decisões recentes do STF sobre as revistas vexatórias, a legalidade e os critérios que regulam as revistas íntimas nas prisões, destacando que essas práticas são ilegais quando realizadas de forma rotineira em unidades prisionais. A aula foi ministrada pela

professora Andrea Bahury, promotora da área criminal do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Além disso, Andrea também é membro do Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais e professora de Processo Penal na Escola Superior Dom Helder Câmara.

As informações a seguir correspondem às respostas de avaliação coletadas por meio de formulário respondido por 55 participantes, sendo 49 provenientes de Minas Gerais, 2 do Sergipe e uma distribuição igual entre os seguintes estados: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo. A avaliação da aula foi positiva, com 92,7% das participantes afirmando terem adquirido novos conhecimentos aplicáveis, enquanto 5,5% afirmaram ter aprendido, mas julgaram o conteúdo menos aplicável. Já 1,8% relataram não terem adquirido novos conhecimentos, pois já estavam familiarizadas com as informações apresentadas. Sobre a duração da aula, 48 participantes avaliaram todo o conteúdo como proveitoso, enquanto sete apontaram que o tempo foi insuficiente para abordar todos os tópicos ou sugeriram que a aula deveria ser mais curta.

Os aspectos mais elogiados incluíram informações sobre seus direitos, canais de denúncia, contatos da Defensoria Pública e do Ministério Público, e esclarecimentos sobre como agir diante de abusos durante as revistas. Porém, entre as críticas, mencionaram falta de objetividade nas respostas da professora, dificuldades em se posicionar sobre questões sensíveis, interrupções frequentes e perguntas fora do tema. A satisfação geral foi positiva, com 49 participantes atribuindo notas entre 8 e 10, e seis dando notas entre 3 e 7.

A atuação da professora foi amplamente elogiada, com 45 participantes que a avaliaram como muito boa, sete como boa e três como média. Embora 44 tenham afirmado que suas dúvidas foram respondidas, sete mencionaram que era necessário mais tempo. Ainda assim, 52 participantes avaliaram a postura da professora como respeitosa, enquanto uma relatou ter se sentido desrespeitada.

Entre as sugestões para melhoria, destacaram-se: manter as perguntas dentro do tema, selecionar uma quantidade limitada de questões para garantir melhor aproveitamento do tempo, e oferecer respostas mais objetivas e claras. Também foi sugerido disponibilizar as gravações das aulas. Apesar das críticas e sugestões, a aula foi reconhecida como um espaço valioso de aprendizado, com potencial para aprimoramento nas próximas edições.

Em conclusão, a aula foi bem avaliada, com a maioria das participantes adquirindo conhecimentos aplicáveis e destacando a importância das informações

sobre direitos e canais de denúncia. Foram sugeridas melhorias na organização das perguntas e maior clareza nas respostas. Apesar das críticas, a aula foi considerada enriquecedora e relevante.

Aula 4 – Indulto e Comutação de Pena

A quarta aula do curso, com o tema “Indulto e Comutação de Pena”, ocorreu no dia 28 de agosto de 2024. Durante essa aula, foram abordadas as diferenças entre indulto, definido como o perdão total ou parcial da pena, e comutação, que consiste na redução da pena sem a extinguir. Foram discutidos os procedimentos para solicitar esses benefícios aos juízes da execução penal, as formas de garantir sua aplicação e as alternativas para recorrer em casos de desrespeito. A aula foi ministrada pelas advogadas Bethânia Santana e Maria Bizinotto. Bethânia é advogada criminalista e presidente da Comissão de Enfrentamento à Violência Doméstica da OAB de Ituiutaba (MG). Maria é advogada criminalista, pós-graduada em Direito Processual Penal e atualmente cursa pós-graduação em Direito Médico e Bioética.

As informações a seguir correspondem às respostas de avaliação coletadas por meio de formulário respondido por 31 participantes, sendo 27 de Minas Gerais e uma distribuição igual entre Paraná, Rio Grande do Sul, Tocantins e Espírito Santo. A avaliação da aula foi positiva, com 96,8% das participantes afirmando ter adquirido novos conhecimentos aplicáveis e uma participante afirmando que não adquiriu, pois já tinha conhecimento sobre as informações passadas. Sobre a duração, 27 participantes consideraram todo o conteúdo proveitoso, enquanto quatro sentiram que era necessário mais tempo para abordar tudo de forma completa.

Os aspectos mais elogiados incluíram esclarecimentos sobre os requisitos do indulto e da comutação, e sobre a diferença entre crimes impeditivos e remissos. Além disso, sugeriram que os slides fossem mais dinâmicos e ilustrativos para facilitar a compreensão. A satisfação geral foi alta, com 26 participantes atribuindo notas entre 8 e 10, duas entre 5 e 7, e duas entre 1 e 4.

A atuação das professoras foi amplamente reconhecida, sendo avaliada como muito boa ou boa por todas as participantes. Todas avaliaram sua postura como respeitosa e sua habilidade de responder às dúvidas como satisfatória. Sugestões para melhorias incluíram a criação de apresentações mais dinâmicas, com slides e ilustrações voltadas para facilitar o entendimento, especialmente para participantes idosas. Também foi sugerido variar o dia da semana das au-

las, uma vez que realizá-las sempre às terças pode limitar a participação de algumas interessadas.

No geral, a aula foi avaliada como positiva e esclarecedora, reafirmando a importância de ajustes no formato para atender às diversas necessidades das participantes e ampliar o alcance do aprendizado nas edições futuras.

Aula 5 – Religiosidade em Prisões

A quinta aula do curso, com o tema “Religiosidade nas Prisões”, foi realizada no dia 3 de setembro de 2024. Durante a aula, foram discutidos os desafios relacionados à imposição de religiões durante a privação de liberdade e o impacto da religião nas sociedades e nos indivíduos. A aula foi ministrada pelo professor Robson Sávio, docente do Departamento de Religião da PUC Minas. O professor destacou a importância da religião para o desenvolvimento humano, mas alertou para os usos distorcidos e maléficos que podem ocorrer em instituições, especialmente nas prisões.

As informações a seguir correspondem às respostas de avaliação coletadas por meio de formulário respondido por 15 participantes, sendo 13 provenientes de Minas Gerais, uma participante do Paraná e uma do Rio Grande do Sul. Ou seja, foi observada uma redução significativa no número de participantes que responderam ao questionário, em relação às aulas anteriores.

A avaliação da aula foi positiva, com 86,7% das participantes afirmando que adquiriram novos conhecimentos aplicáveis, enquanto 6,7% afirmaram ter aprendido, mas julgaram o conteúdo menos aplicável. Já 6,7% relataram não ter adquirido novos conhecimentos, pois já estavam familiarizadas com as informações apresentadas. Sobre a duração, quatorze consideraram que todo o conteúdo foi proveitoso, enquanto uma pessoa não soube ou não quis responder. Os aspectos mais elogiados incluíram informações sobre o impacto de políticas e regulamentações relacionadas à religiosidade no sistema prisional. Por outro lado, algumas críticas surgiram em relação à pertinência do tema. Também foi sugerido que o professor fosse mais específico em suas explicações e em seu conteúdo.

A atuação do professor foi amplamente elogiada, com quatorze participantes o avaliando como muito bom e uma como bom. Todas avaliaram sua postura como respeitosa e consideraram satisfatória a sua capacidade de responder às dúvidas.

Em suma, a aula trouxe pontos relevantes para debate, mas gerou reflexões sobre o alinhamento do tema com as expectativas do público. As críticas e sugestões levantadas indicam a necessidade de ajustes no planejamento das temáticas futuras para garantir que elas atendam às demandas das participantes e permaneçam alinhadas aos objetivos do curso.

Aula 6 – Droga K

A sexta aula do curso, com o tema “Droga K”, ocorreu no dia 17 de setembro de 2024. Durante essa aula, foram discutidos os impactos do ambiente insalubre das unidades prisionais no consumo de drogas pelas pessoas privadas de liberdade, seja para aliviar a fome ou a dor, seja para dormir ou relaxar. A partir daí, discutiu-se especificamente sobre a Droga K, um canabinoide sintético que, quando consumido em grande quantidade, pode acarretar paranoias e psicoses. A aula foi ministrada pela psicóloga Maria Angélica Comis, profissional com ampla experiência em políticas públicas relacionadas a álcool e drogas. Maria Angélica já atuou como assessora de políticas públicas sobre álcool e drogas na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, foi coordenadora do Centro de Convivência É de Lei (Redução de Danos) e vice-presidente da Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos.

As informações a seguir correspondem às respostas de avaliação coletadas por meio de formulário respondido por 31 participantes, sendo 18 provenientes de Minas Gerais e uma distribuição igual entre Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal. A avaliação da aula foi positiva, com 95,2% das participantes afirmando ter adquirido novos conhecimentos aplicáveis, enquanto 4,8% responderam ter aprendido, mas julgaram o conteúdo menos aplicável. Sobre a duração, vinte participantes consideraram todo o conteúdo proveitoso, enquanto uma sentiu que era necessário mais tempo para abordar tudo de forma completa, as demais não opinaram sobre a questão.

Os aspectos mais elogiados incluíram o acesso a informações sobre um tema pouco conhecido e a dinâmica aplicada pela professora, que facilitou o aprendizado. No entanto, algumas críticas foram feitas, como o excesso de tempo dedicado a perguntas e falas que fugiam do tema principal, além de interrupções desnecessárias que poderiam ter sido evitadas. A satisfação geral foi expressa nas avaliações, com todas as participantes atribuindo notas entre 8 e 10. A atuação da professora foi amplamente elogiada, sendo considerada muito

boa ou boa por todas as participantes. Todas avaliaram sua postura como respeitosa e sua capacidade de responder às dúvidas foi considerada satisfatória.

Em síntese, a aula foi bem-sucedida ao apresentar informações sobre a Droga K, uma substância relativamente nova, gerando aprendizado e interesse. Contudo, ficou evidente a necessidade de ajustes na gestão das interações, priorizando o conteúdo e otimizando o tempo dedicado a perguntas e discussões.

Aula 7 – Histórias Inspiradoras

A sétima aula do curso, com o tema “Histórias Inspiradoras”, ocorreu no dia 24 de setembro de 2024. Durante essa aula, foram abordados temas como o estigma relacionado às pessoas sobreviventes ao encarceramento, a importância do papel do sujeito para a sociedade e o papel essencial das famílias na reconexão da pessoa que foi presa com o mundo. A aula foi ministrada por Samuel Lourenço Filho, educador, poeta, sobrevivente do cárcere, escritor e formado em Gestão Pública pela UFRJ. Samuel é autor dos livros *Ressocializando na Cidade do Caos*, *Além das Grades*, *Gangrena: o sistema prisional em poema* e *Penitência: a Prisão e os Evangélicos*. Ele também é criador do conteúdo disponível no perfil do Instagram @marrocaconteudoprisional.

As informações a seguir correspondem às respostas de avaliação coletadas por meio de formulário respondido por dez participantes, sendo nove provenientes de Minas Gerais e uma pessoa do Acre. A avaliação da aula foi positiva, com 100% das participantes afirmando ter adquirido novos conhecimentos aplicáveis. Sobre a duração, nove participantes consideraram todo o conteúdo proveitoso, enquanto uma sentiu que era necessário mais tempo para abordar tudo de forma completa.

Os pontos mais destacados incluíram a renovação das esperanças e a relevância das histórias de vida e superação. Muitas consideraram a aula uma fonte de inspiração, reforçando a mensagem de que é possível superar os desafios impostos pelo sistema penitenciário. Apesar do entusiasmo, algumas participantes fizeram críticas ao uso excessivo de palavrões pelo palestrante, considerando-o desnecessário. A satisfação geral foi expressa nas avaliações, com nove participantes atribuindo nota 10 e uma pessoa dando nota 6.

A atuação do professor foi amplamente elogiada, sendo considerada muito boa por todas as participantes. Todas avaliaram sua postura como respeitosa e consideraram satisfatória a sua capacidade de responder às dúvidas. Como

sugestão, as participantes gostariam de ter acesso a essas aulas para poder compartilhá-las com outros familiares, reforçando a importância de levar esses aprendizados a mais pessoas.

Em resumo, a aula foi considerada uma das melhores por algumas das participantes que responderam ao questionário, destacando-se pela inspiração que proporcionou, abordando temas sensíveis e realistas sobre o sistema prisional, a superação pessoal e o papel fundamental da família.

Aula 8 – Body Scanner

A oitava aula do curso, com o tema “Body Scanner”, ocorreu no dia 1º de outubro de 2024. Durante essa aula, foram discutidos temas relacionados ao uso do equipamento de inspeção corporal em unidades prisionais e os impactos dessa tecnologia sobre familiares de pessoas privadas de liberdade. A aula foi ministrada pelo policial federal e pesquisador Roberto Uchôa, que possui ampla experiência na gestão da segurança pública. Uchôa é graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ex-policial civil no Rio de Janeiro, membro do conselho do Fórum Brasileiro de Segurança e autor do livro *Armas para quem? A busca por armas de fogo*.

As informações a seguir correspondem às respostas de avaliação coletadas por meio de formulário respondido por vinte participantes, sendo dezenove provenientes de Minas Gerais e uma participante do Rio Grande do Sul. A avaliação da aula foi positiva, com 95% das participantes afirmando ter adquirido novos conhecimentos aplicáveis, enquanto 5% afirmaram ter aprendido, mas julgaram o conteúdo menos aplicável. Sobre a duração, dezoito participantes consideraram todo o conteúdo proveitoso, enquanto uma sentiu que era necessário mais tempo para abordar tudo de forma completa, e uma participante não quis responder.

Os aspectos mais elogiados incluíram a necessidade de um protocolo padrão para todas as unidades prisionais e a realização de treinamentos constantes, visando garantir que as famílias consigam realizar as visitas sem dificuldades. A dinâmica da aula e a aplicação prática do conteúdo também receberam destaque positivo, sendo amplamente elogiadas pelas participantes.

Porém, algumas críticas foram levantadas. As participantes mencionaram que o professor, por não ser formado em radiologia, não estava totalmente capacitado para explicar os possíveis danos causados pelo uso do “body scanner”.

Duas participantes consideraram que a linguagem utilizada foi difícil ou confusa. A satisfação geral foi positiva, com dezenove participantes atribuindo notas entre 8 e 10, e uma dando nota 5. Em relação à atuação do professor, quinze participantes avaliaram-no como “muito bom”, três como “bom” e duas como “médio”. Todas avaliaram sua postura como respeitosa, e quinze avaliaram sua capacidade de responder às dúvidas como satisfatória, enquanto cinco afirmam que suas dúvidas não foram sanadas.

Em resumo, a aula foi considerada muito rica e proveitosa, mas as participantes sugeriram ajustes para garantir uma abordagem mais técnica e especializada em temas específicos, além de incorporar mais participantes com diferentes perspectivas no contexto do sistema prisional.

Aula 9 – Tuberculose

A nona aula do curso, com o tema “Tuberculose”, ocorreu no dia 15 de outubro de 2024. Durante essa aula, foram abordados temas relacionados às causas sociais da doença, seus sintomas, suas formas de transmissão e seu tratamento. A aula foi ministrada por Ludmila Tavares, presidente do Fórum Mineiro de ONGs para o Controle da Tuberculose e membra do Comitê Mineiro para Controle Social da Tuberculose.

As informações a seguir correspondem às respostas de avaliação coletadas por meio de formulário respondido por nove participantes, sendo cinco provenientes de Minas Gerais e uma distribuição igual entre Rio Grande do Sul, Paraná, Sergipe e Distrito Federal. A avaliação da aula foi positiva, com 100% das participantes afirmando ter adquirido novos conhecimentos aplicáveis. Sobre a duração, todas as participantes consideraram todo o conteúdo proveitoso.

Entre os benefícios destacados, as participantes demonstraram grande interesse no tema, enfatizando a importância de uma compreensão mais profunda sobre a doença e o impacto do isolamento dos presos, que foram considerados os dois principais pontos positivos da aula. No entanto, surgiram algumas críticas. Algumas participantes sentiram que determinados assuntos foram tratados de forma excessiva, o que tornou as discussões cansativas. Elas sugeriram que as aulas poderiam ser mais dinâmicas. A satisfação geral foi expressa nas avaliações, com oito participantes atribuindo nota 10, e apenas uma dando nota 7.

A atuação da professora foi amplamente elogiada, sendo considerada muito boa por todas as participantes. Todas avaliaram sua postura como respeitosa e sua capacidade de responder às dúvidas como satisfatória.

Em conclusão, a aula foi considerada produtiva, com destaque para a relevância do tema e as orientações práticas fornecidas. Foram feitas recomendações importantes sobre a testagem e o tratamento da tuberculose em ambientes prisionais, além de orientações para buscar apoio em casos de negativas de atendimento. Sugestões para tornar o conteúdo mais dinâmico e acessível foram levantadas, indicando possibilidades de aprimoramento para futuras edições do curso.

Aula 10 – Execução Penal

A décima aula do curso, com o tema “Execução Penal”, ocorreu no dia 22 de outubro de 2024. Durante essa aula, foram abordados temas como os procedimentos relacionados à execução penal e o exame criminológico, além das mudanças trazidas pela “lei das saidinhas”. A aula foi ministrada por Paulo Henrique Drummond, defensor público na comarca de Ribeirão das Neves.

As informações a seguir correspondem às respostas de avaliação coletadas por meio de formulário respondido por vinte participantes — percebe-se, assim, um aumento no número de participantes em comparação com as aulas imediatamente anteriores. Em relação ao estado de moradia, temos que quinze participantes são provenientes de Minas Gerais e há uma distribuição igual entre Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe e Distrito Federal. A avaliação da aula foi positiva, com 100% das participantes afirmando ter adquirido novos conhecimentos aplicáveis. Sobre a duração, quinze participantes consideraram todo o conteúdo proveitoso, enquanto cinco sentiram que era necessário mais tempo para abordar tudo de forma completa.

Entre os aspectos positivos mais destacados da aula, as respostas mencionaram a exposição do professor como excelente, especialmente no que diz respeito ao pedido de progressão de regime por superlotação e a influência das faltas na contagem da pena. Além disso, a informação sobre a possibilidade de mandar ofícios ao juiz da execução penal foi vista como extremamente útil, contribuindo para o entendimento prático da área de execução penal.

Entretanto, houve algumas críticas relacionadas à didática da aula. Algumas participantes apontaram que as explicações foram extensivas e com vocabulário difícil de entender, o que pode ter dificultado a compreensão do conteúdo, espe-

cialmente para quem não tem experiência prévia na área. A satisfação geral foi expressa nas avaliações, com dezoito participantes atribuindo notas entre 8 e 10, e apenas duas dando notas 5 e 7.

A atuação do professor foi amplamente elogiada, sendo considerada muito boa por todas as participantes. Todas avaliaram sua postura como respeitosa e sua capacidade de responder às dúvidas como satisfatória.

Em resumo, a aula foi considerada proveitosa, com contribuições relevantes sobre a execução penal. No entanto, foram sugeridas algumas melhorias, como maior clareza e concisão nas explicações, mais tempo de aula, e a divisão do conteúdo em duas partes para permitir explicações mais detalhadas. Além disso, foi apontada a necessidade de uma maior interação entre os participantes para enriquecer as discussões.

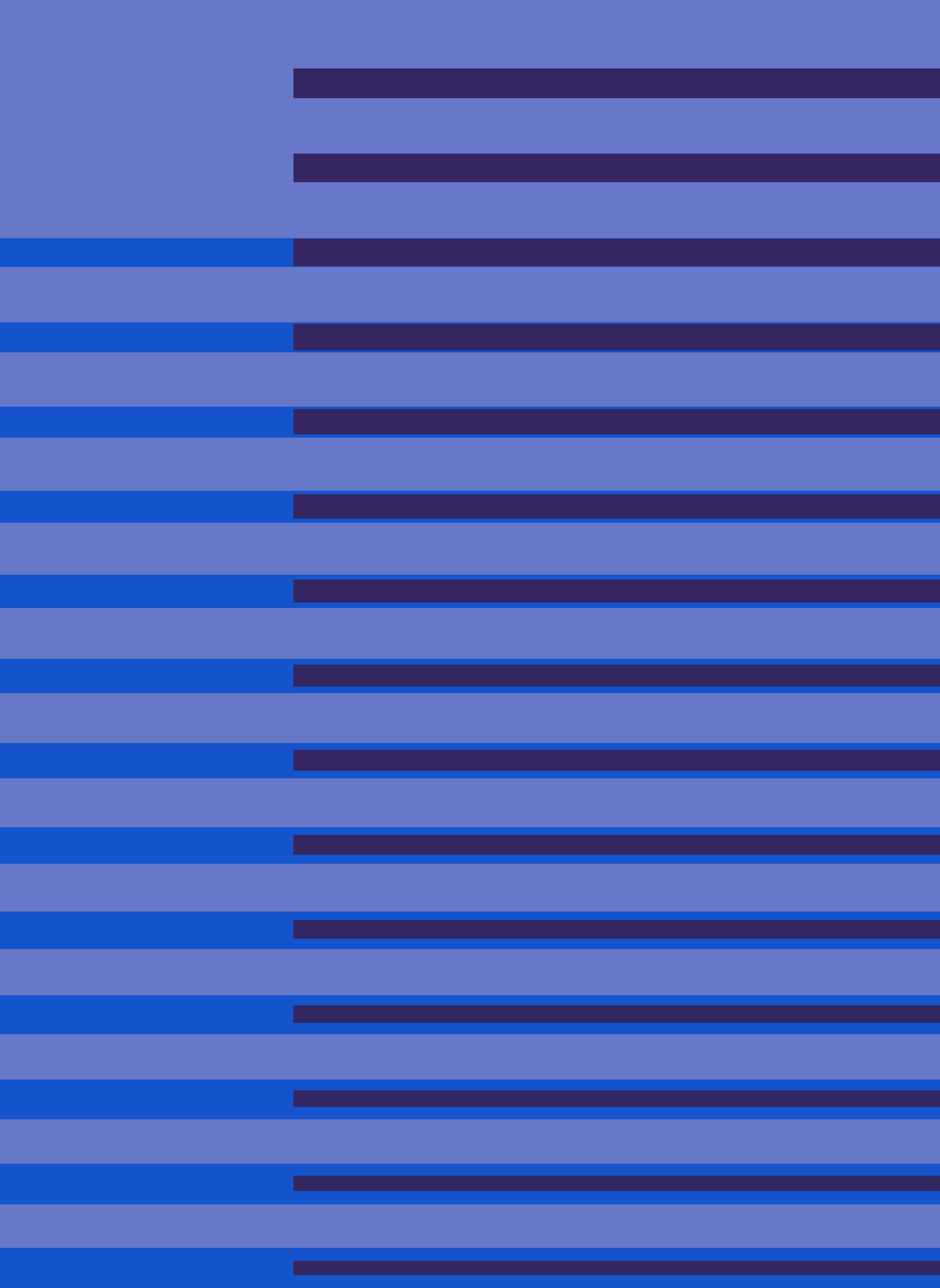
Aula 11 – Exame Criminológico

A décima primeira aula do curso, com o tema “Exame Criminológico”, ocorreu no dia 29 de outubro de 2024. Durante essa aula, foram abordados temas como o conceito e a finalidade do exame criminológico, sua importância no contexto da execução penal e as mudanças trazidas pela “lei das saidinhas”. A aula foi ministrada pelo advogado Rodrigo Xavier, que possui vasta experiência na área, tendo atuado como ouvidor de polícia e do sistema penitenciário em Minas Gerais. Além disso, foi presidente do Conselho Penitenciário e membro do Conselho de Criminologia e Política Criminal no estado.

As informações a seguir correspondem às respostas de avaliação coletadas por meio de formulário respondido por treze participantes, sendo onze provenientes de Minas Gerais, uma de Sergipe e uma do Rio Grande do Sul. A avaliação da aula foi positiva, com 100% das participantes afirmando ter adquirido novos conhecimentos aplicáveis. Sobre a duração, doze consideraram que todo o conteúdo foi proveitoso, enquanto uma mencionou a necessidade de mais tempo para abordar o tema.

Entre os aspectos mais benéficos da aula, destacou-se o conhecimento adquirido sobre os direitos e as obrigações no sistema prisional, além da compreensão sobre os projetos de remição, que proporcionam alternativas de progressão no regime de cumprimento de pena. Outro ponto positivo foi o entendimento de que o exame criminológico não é um exame preciso e que, de acordo com a legislação, a lei não retroage para prejudicar o réu, ou seja, não se aplica a quem já estava privado de liberdade antes da nova lei.

Em relação aos aspectos negativos, a única crítica mencionada foi relacionada a alguns questionamentos que fugiram da temática principal da aula. A satisfação geral foi expressa nas avaliações, com todas as participantes atribuindo notas entre 9 e 10. A atuação do professor foi amplamente elogiada, sendo considerada muito boa por todas as participantes. Todos avaliaram sua postura como respeitosa e sua capacidade de responder às dúvidas como satisfatória.



Panorama geral das avaliações

A busca por locais seguros para a reivindicação de direitos e a realização de denúncias, com foco na garantia de segurança para as pessoas privadas de liberdade e seus amigos e familiares, permanece como um ponto positivo que traz relevância ao curso. Entre os novos temas sugeridos, para edições futuras, destacaram-se o funcionamento interno das penitenciárias nos diferentes estados do País, a análise das condições de trabalho e geração de renda nas unidades prisionais, e o cálculo das penas. Foi também proposta a temática sobre a distribuição de cigarros nas unidades prisionais, além da exploração de questões relacionadas à saúde dos privados de liberdade, com ênfase em práticas de autocuidado e no acesso a serviços de saúde. Outras sugestões abordaram temas acerca do direito de visita nas unidades prisionais, a regulamentação e itens permitidos como complementação para os internos, os critérios e procedimentos para transferência entre unidades prisionais, e o papel de ONGs e programas que oferecem apoio a egressos do sistema prisional.

Além disso, algumas alunas apresentaram sugestões para aprimorar o curso, destacando a criação de materiais complementares, como tutoriais sobre a utilização do Google Meet, cartilhas com resumos dos temas abordados e a disponibilização de slides ou leituras introdutórias antes das aulas. Também foi recomendada a adoção de uma abordagem mais dinâmica, utilizando ilustrações como recurso pedagógico para facilitar o aprendizado. Ademais, uma participante sugeriu visitar temas mais complexos, como body scanner e execução penal, com o intuito de promover um aprofundamento maior nessas áreas. Outras sugestões incluem a participação de palestrantes com perspectivas mais progressistas e de representantes da Defensoria Pública, dos conselhos da comunidade e do Poder Judiciário.

Alguns outros pedidos acerca da organização dos encontros devem ser considerados para o planejamento e a organização dos próximos cursos. No que diz respeito às perguntas, foi sugerido estabelecer um limite de tempo para as falas, restringir as perguntas às temáticas de cada aula e adotar uma abordagem mais objetiva nas respostas. Nesse contexto, destaca-se a seguinte proposta:

Talvez seja interessante vocês criarem um forms e colocar as principais dúvidas, porque ajuda otimizar o tempo e damos mais oportunidade de fala para outras pessoas e até para o palestrante. Senti que os participantes de modo geral têm dúvidas muito pontuais em relação aos seus processos, então talvez deixar mais claro que não tem como fazer um atendimento

individualizado. No mais, a aula foi muito proveitosa e pertinente para o atual momento da minha vida. (Aula 06/08).

Ademais, surgiram divergências entre as participantes quanto à duração das aulas: enquanto algumas sugerem o aumento do número de horas para aprofundar os conteúdos, outras defendem a redução do tempo para facilitar a conciliação com suas rotinas. Também foi proposta a alternância nos dias do curso para atender às demandas de trabalho e estudo, além da organização de alguns encontros aos finais de semana.

Em relação às experiências das participantes e aos benefícios proporcionados pelas aulas, foram destacados o aprendizado sobre os próprios direitos e os direitos das pessoas em privação de liberdade, além das questões processuais. Também foi ressaltada a relevância do conhecimento sobre os canais de denúncias disponíveis e a compreensão de novos temas, como a Droga K, e questões relacionadas à saúde.

A aula com a temática “Histórias Inspiradoras”, realizada no dia 24 de setembro de 2024 e ministrada por Samuel Lourenço, escritor, formado em Gestão Pública pela UFRJ e sobrevivente do cárcere, foi uma das mais elogiadas. As participantes destacaram o impacto positivo do momento, considerando-o profundamente inspirador e renovador de suas esperanças. Os seguintes comentários foram especialmente ressaltados:

Ouvir a trajetória de um egresso do sistema prisional e as reflexões dele são muito necessárias e extremamente pertinentes. Renovou as minhas esperanças. Gratidão! (Aula 24/09).

Ele falou pontos que só quem é familiar de detento sabe o quanto é difícil viver como família na sociedade e mostrou que a união com a família consegue, sim. (Aula 24/09).

Acreditar que é possível, apesar das barreiras. Me devolveu as esperanças e expectativas em relação ao meu filho. (Aula 24/09).

De modo geral, as aulas foram bem avaliadas pelas participantes. A questão sobre se adquiriram conhecimentos novos e relevantes apresentou resultados positivos em todas as onze aulas realizadas. As respostas das participantes que indicavam aquisição de novos conhecimentos úteis oscilaram entre 86,7% e 100%. Em cinco aulas, todo o conteúdo apresentado foi considerado aprendi-

do e aplicável na prática por todas as participantes, refletindo um alto nível de aprovação e aprendizado. Por outro lado, o percentual de participantes que afirmaram ter adquirido conhecimentos que não consideram úteis na prática variou entre 4,8% e 6,7%, representando de uma a três alunas por aula. Já as respostas indicando que não adquiriram novos conhecimentos oscilaram entre 1,8% e 6,7%, correspondendo a cerca de uma participante por aula.

Em relação ao tempo de aula destinado ao conteúdo ensinado, a maioria das participantes considerou que todo o conteúdo foi transmitido de forma proveitosa, com variação de 75% a 100%. Em dez das onze aulas ministradas, esse índice se manteve acima de 80%. Destaca-se que a aula sobre “Tuberculose” foi avaliada como 100% proveitosa por todas as participantes. Em cinco das onze aulas, houve participantes que acreditaram ser necessário mais tempo para a abordagem do conteúdo. Já em quatro aulas, foi registrada variação entre aquelas que consideraram necessário mais tempo e aquelas que avaliaram que o tempo poderia ter sido menor. Apenas em uma aula uma participante não soube ou não quis responder a essa pergunta.

Por conseguinte, em sete das onze aulas, as participantes relataram que faltou tempo para que todas as suas perguntas fossem respondidas. Ainda assim, a variação de participantes que afirmaram que suas dúvidas foram respondidas por quem ministrava a aula oscilou entre 75% e 100%, mantendo-se acima de 80% em dez das onze aulas. Destacam-se as aulas de “Exame Criminológico”, “Tuberculose” e “Histórias Inspiradoras”, nas quais todas as participantes confirmaram que suas dúvidas foram completamente sanadas. Por outro lado, houve uma variação de 1,9% a 25% de participantes que responderam que suas dúvidas não foram respondidas, representando de uma a cinco pessoas por aula.

A escala de avaliação da satisfação das participantes variava de 0 a 10, sendo 0 correspondente a “péssimo” e 10 a “excelente”. Em todas as aulas, as notas atribuídas pelas participantes apresentaram maior concentração na faixa de 8 a 10, com um índice superior a 85%. Esse resultado demonstra uma percepção predominantemente positiva em relação ao conteúdo e à metodologia aplicada. Destacam-se as aulas sobre “Exame Criminológico” e “Droga K”, nas quais 100% das participantes avaliaram o conteúdo passado com notas dentro dessa faixa, indicando que esses temas foram especialmente bem recebidos e alinhados às expectativas do público.

O conhecimento dos professores e das professoras foi avaliado como “muito

bom” ou “bom” pela maioria das participantes. Em cinco das onze aulas, 100% das participantes atribuíram a avaliação de “muito bom” ao conhecimento dos professores e das professoras. Nas demais aulas, as avaliações variaram entre 71,4% e 100%, predominando a avaliação “bom” nas aulas em que não houve unanimidade. Apenas em três aulas o conhecimento foi considerado “médio” por algumas participantes, com variação de 3,2% a 10%, o que representa entre uma e três participantes. Esses dados indicam, de forma geral, uma percepção positiva em relação à qualificação dos professores e das professoras.

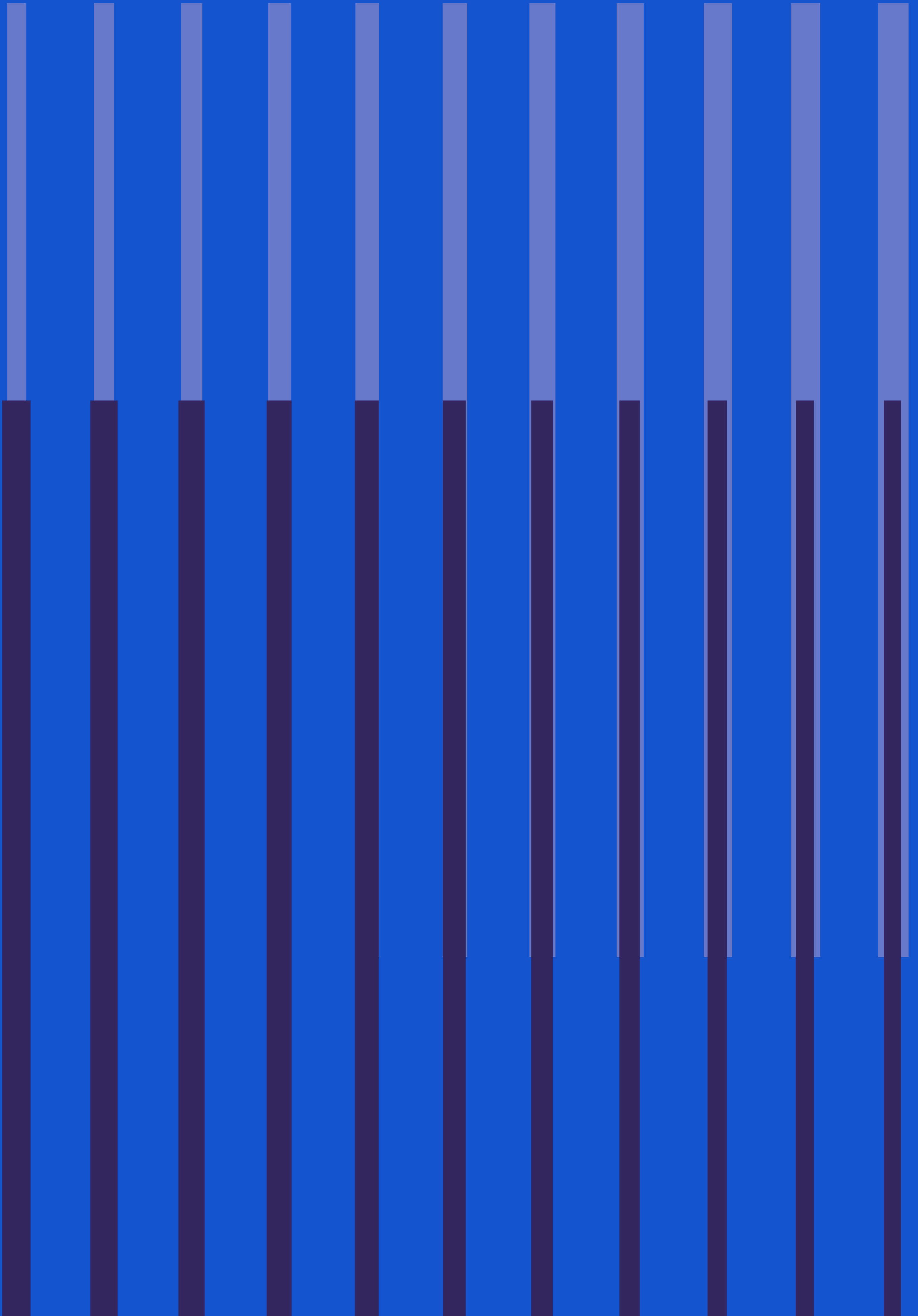
Em sete das onze aulas, a capacidade do professor ou da professora de ministrar as aulas foi avaliada como muito capaz, com as participantes afirmando ter compreendido todo o conteúdo ensinado. Em todas as aulas, essa avaliação se manteve acima de 90%, demonstrando um alto nível de didática por parte do corpo docente. Em duas aulas, algumas participantes não souberam ou não quiseram responder a essa pergunta. A avaliação de pouco capaz, indicando o uso de uma linguagem difícil ou confusa e que, em alguns momentos, dificultava a compreensão, foi registrada em algumas ocasiões, mas sem representar um número significativo. Nenhuma das participantes avaliou os professores e as professoras como incapazes, indicando que, mesmo nas avaliações mais baixas, a maioria conseguiu compreender o conteúdo ensinado.

Quanto ao relacionamento com os alunos, em nove das onze aulas, o comportamento dos professores e das professoras foi avaliado como 100% atencioso e respeitoso com todos. As participantes consideraram que o professor ou a professora conseguiu manter um ambiente agradável, ético e profissional. No entanto, em duas aulas, duas participantes relataram que elas ou colegas se sentiram desrespeitadas, em determinados momentos, indicando que, apesar da avaliação majoritariamente positiva, houve situações pontuais em que o comportamento do professor ou da professora foi percebido de forma negativa.

Em suma, as sugestões e os feedbacks apresentados pelas participantes fornecem valiosas orientações para aprimorar as próximas edições do curso. A diversidade de temas propostos — como o funcionamento interno das penitenciárias, a análise das condições de trabalho nas unidades prisionais e as questões relacionadas à saúde dos privados de liberdade — reflete o interesse crescente por tópicos que impactam diretamente o cotidiano das pessoas privadas de liberdade e seus familiares. Além disso, a busca por uma abordagem mais dinâmica e interativa, com o uso de recursos pedagógicos como tutoriais, slides e ilustrações, demonstra o desejo das participantes por um aprendizado mais

acessível e envolvente. A adoção de estratégias para otimizar o tempo de perguntas e respostas e a flexibilização do formato das aulas, com maior alternância de horários, também são medidas que podem contribuir para atender às diversas demandas de conciliação entre trabalho, estudo e participação nas formações. O curso se mostrou, de maneira geral, altamente relevante e enriquecedor para as participantes, aspecto evidenciado pela alta avaliação de satisfação e pelo reconhecimento do impacto positivo das aulas.

Recomendações para as próximas formações



As recomendações a seguir foram formuladas com base nas respostas das participantes ao longo das avaliações do curso, visando aprimorar tanto a estrutura pedagógica quanto a organização dos encontros, garantindo um ambiente mais acessível, dinâmico e alinhado às necessidades do público.

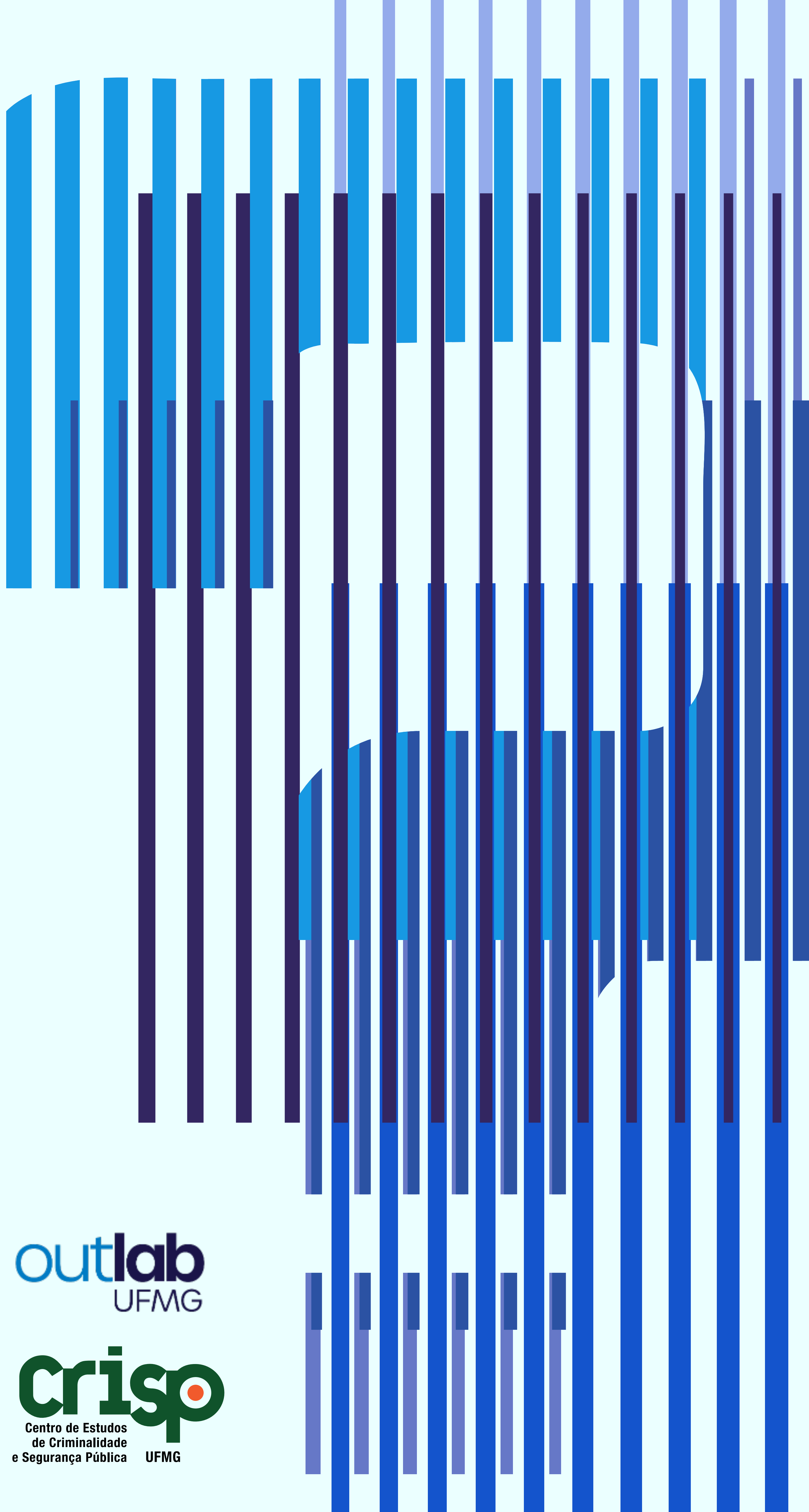
Melhorias na estrutura e na organização do curso:

- Produzir um tutorial para o uso do Google Meet, facilitando o acesso e a participação das alunas com menos familiaridade com a plataforma.
- Criar materiais complementares, como cartilhas com resumos dos temas abordados, slides e leituras introdutórias, para que as participantes possam se preparar antes das aulas.
- Implementar uma abordagem mais visual e interativa, utilizando ilustrações e outros recursos pedagógicos para tornar o conteúdo mais acessível.
- Reavaliar a duração das aulas, considerando as demandas das participantes, de modo a equilibrar aprofundamento dos temas e compatibilidade com a rotina das alunas.
- Alternar os dias e horários dos encontros, incluindo aulas aos finais de semana, para ampliar a possibilidade de participação.
- Estabelecer um tempo máximo para cada intervenção e restringir as perguntas ao tema da aula para garantir um melhor aproveitamento do tempo.
- Criar um formulário para coleta de dúvidas antes das aulas, possibilitando que o palestrante organize as respostas de forma mais objetiva e produtiva.

Seleção de participantes e aprimoramento do ambiente de discussão:

- Melhorar o critério de seleção das participantes para restringir o acesso exclusivamente a familiares de pessoas presas e demais interessados diretamente envolvidos com a temática.
- Buscar professores e palestrantes com perspectivas mais progressistas e representantes de movimentos sociais, bem como integrantes da Defensoria Pública, dos conselhos da comunidade e do Poder Judiciário.
- Revisitar temas mais complexos, como body scanner e execução penal, promovendo encontros específicos para aprofundamento desses tópicos.
- Incluir no formulário de avaliação um campo para que as participantes possam relatar eventuais situações de desrespeito durante as aulas, garantindo um ambiente acolhedor e respeitoso.

As ações sugeridas buscam garantir uma experiência mais inclusiva e enriquecedora para todas as participantes, atendendo melhor às demandas identificadas ao longo do curso e aprimorando a qualidade das próximas edições.



outlab
UFMG

crisp

Centro de Estudos
de Criminalidade
e Segurança Pública UFMG